



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



EDITAL Nº 01/2025

TÉCNICO JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

DOCUMENTO DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

VERSÃO A

SUA PROVA

- ✓ Nesta prova, você encontrará **60 (sessenta) questões objetivas e 1 (uma) discursiva**.

Prova Objetiva:

- ✓ Assine seu nome **somente na frente da Folha de Respostas (Prova Objetiva)**, no local indicado.
- ✓ Verifique seu nome e número de inscrição na Folha de Respostas. Se houver algum erro, notifique o fiscal.
- ✓ Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- ✓ **As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas obrigatoriamente da seguinte maneira:**

Prova Discursiva:

- ✓ Na Folha de respostas, na parte destinada à **Prova Discursiva (verso da objetiva)**, é vedado assinar ou inserir qualquer forma de identificação, sendo permitido apenas transcrever a resposta no espaço destinado a essa finalidade.
- ✓ Na correção da Prova Discursiva, a comissão de correção não terá acesso a qualquer identificação do candidato, garantindo assim o sigilo do autor.
- ✓ Observe atentamente as instruções na Folha de Resposta.

DURAÇÃO DA PROVA E A PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA

- ✓ Você dispõe de **04 (quatro) horas para fazer esta prova**.
- ✓ O candidato só poderá retirar-se da sala de prova **02 (duas) horas após o início**.
- ✓ O candidato poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de **03h30min (três horas e trinta minutos) do início da prova**. Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.

INSTRUÇÕES GERAIS

- ✓ Você deverá utilizar caneta de tinta azul ou preta para as respostas.
- ✓ **Reserve os 20 (vinte) minutos finais para responder na Folha de Respostas.**
- ✓ O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de resposta em caso de erro do candidato
- ✓ A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada.
- ✓ Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- ✓ É terminantemente proibido o uso de telefone celular e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:														INSCRIÇÃO:					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

LÍNGUA PORTUGUESA

Analise o texto a seguir para responder às questões de 01 a 09.

Os profetas secretos

(José Eduardo Agualusa)

O que menos aprecio nesta época do ano — os maus profetas. O que mais aprecio — os bons profetas. Abomino os profetas profissionais — astrólogos, tarólogos, e certos analistas políticos — que fingem olhar para o futuro, ignorando que as profecias autênticas, aquelas que se confirmam, resultam de um exercício sistemático de atenção ao presente.

Os verdadeiros profetas não olham para o futuro — a mais respeitada e esquivada das superstições! Olham, sim, para aquilo que os rodeia. Escutam os movimentos subterrâneos. Analisam e interpretam os sinais do tempo em que estão mergulhados. O futuro emerge então como consequência lógica — ou poética — de um presente esticado até ao limite.

George Orwell, por exemplo, não sonhou com o Grande Irmão. Não foram as cartas, nem os astros, que lhe permitiram adivinhar a emergência de regimes totalitários, capazes de vigiar o dia a dia dos seus cidadãos através de tecnologias sofisticadas. Orwell imaginou o aprofundamento de métodos de vigilância, de propaganda e do uso da linguagem como instrumento de poder, que já existiam no seu tempo.

“Fahrenheit 451”, de Ray Bradbury, não é um romance sobre a queima de livros, mas sobre uma sociedade anestesiada por projetos de entretenimento cuidadosamente imbecilizantes — aquilo a que chamamos, num eufemismo elegante, cultura de massas.

Bradbury compreendeu que não seriam necessárias fogueiras para destruir os livros. Bastaria torná-los desnecessários, fazendo com que as pessoas trocassem a leitura por estímulos incessantes, rápidos e superficiais. O autor testemunhou o tédio se alastrando, viu a superficialidade ocupando todos os espaços, e escreveu a partir desses indícios.

Orwell e Bradbury foram grandes profetas — assim como Júlio Verne, Aldous Huxley, Philip K. Dick e mais uma dúzia de outros gigantes da literatura universal — porque, ao contrário de tantos falsos quiromantes, souberam olhar e escutar o presente.

Os bons profetas do nosso tempo não reivindicam nenhum dom de clarividência. Pelo contrário.

Desconfiam das certezas. Encontramo-los entre escritores que interrogam as correntes obscuras do inconsciente coletivo, como a romancista canadense Margaret Atwood, com as suas visões distópicas, como no excelente “O conto da aia”. Encontramo-los também entre algumas figuras da ciência, como o físico italiano Carlo Rovelli, que há vários anos se esforça por nos mostrar o meticuloso logro do tempo.

Nenhum destes profetas contemporâneos promete salvação. Nenhum oferece calendários. Limitam-se a mostrar que o presente é mais estranho, mais frágil — e mais exigente — do que aquilo que gostamos de admitir.

Os maus profetas anunciam futuros confortáveis; os outros tornam o presente desconfortável. Os maus tranquilizam; os bons inquietam. No fim, volto ao início: o que menos aprecio nesta época do ano são os maus profetas, tão seguros de si e com tantos seguidores nas redes sociais. O que mais aprecio — os bons profetas, quase sempre discretos, atentos, solitários. Aqueles que não olham para o futuro, mas para aquilo que está ocorrendo agora, e nos forcem, por isso mesmo, a abrir os olhos. A mantê-los abertos.

(Disponível: <https://oglobo.globo.com/cultura/jose-eduardo-agualusa/coluna/2026/01/os-profetas-secretos.ghtml>. Acesso em 01/02/2026)

1) A partir da leitura atenta do texto, é correto afirmar que:

- os escritores citados ilustram, na percepção do enunciador, maus profetas; em razão do caráter ficcional do que escrevem.
- o caráter subjetivo do texto limita-se à crítica ao trabalho profissional de astrólogos e tarólogos.
- episódios concretos e experiências do presente são ferramentas daqueles que o autor considera como bons profetas.
- o presente é valorizado, ao longo do texto, como um tempo de certezas e facilidades às quais devemos nos apegar.

RASCUNHO

- 2) A colocação do pronome oblíquo, em “Encontramo-los entre escritores” (7º§), ilustra o nível de linguagem que se destaca no texto. Assinale a alternativa que explica, adequadamente, a grafia apresentada nesse emprego.
- A mesóclise de um verbo flexionado na primeira pessoa do plural exige a transformação do “os” em “los”.
 - O pronome enclítico, em uma construção verbal terminada em “-s”, assume a forma “lo(s)/la(s)” e perde a terminação “-s”.
 - Na forma verbal em análise, ocorre a combinação de dois pronomes oblíquos “me” e “os” em funções sintáticas distintas.
 - A ênclise do pronome “lhe” em verbos flexionados na primeira pessoa do plural resulta na forma “los”.
- 3) A função da linguagem predominante no texto é caracterizada por:
- priorizar o código e a explicação dos termos.
 - mudar a opinião do leitor por meio de imperativos.
 - testar o canal de comunicação com o leitor.
 - expressar a subjetividade e as opiniões do autor.
- 4) Em “Nenhum destes profetas contemporâneos promete salvação.”(8º§), a concordância verbal está adequada. Assinale a alternativa em que, de acordo com a Norma Padrão, nota-se um erro na concordância com o verbo.
- Quantos dentre nós ainda estarão vivos?
 - Qual de vós sois corajosos como eu?
 - Muitos de nós andam aborrecidos por aí.
 - Vários dentre eles sonham com o emprego.
- 5) No período composto “Bradbury compreendeu que não seriam necessárias fogueiras para destruir os livros.” (5º§), as orações classificadas como subordinadas cumprem, respectivamente, as funções sintáticas de:
- objeto direto e adjunto adverbial.
 - complemento nominal e predicativo.
 - sujeito e objeto indireto.
 - objeto indireto e adjunto adnominal.
- 6) Ao criticar determinado estado da sociedade, o autor refere-se a uma figura de linguagem chamada eufemismo (4º§). É possível também encontrar um exemplo de linguagem conotativa na seguinte passagem do texto:
- “resultam de um exercício sistemático de atenção ao presente” (1º§).
 - “de Ray Bradbury, não é um romance sobre a queima de livros” (4º§).
 - “e mais uma dúzia de outros gigantes da literatura universal” (6º§).
 - “como a romancista canadense Margaret Atwood” (7º§).
- 7) Os adjetivos destacados em “Os maus profetas anunciam futuros confortáveis; os outros tornam o presente desconfortável.” (9º§) evidenciam uma oposição. Assinale a função sintática exercida por cada um deles respectivamente.
- Adjunto adnominal e predicativo.
 - Predicativo e adjunto adverbial.
 - Adjunto adnominal e adjunto adnominal.
 - Predicativo e predicativo.
- 8) Ao estruturar uma sequência textual, o autor apresenta intenções que auxiliam na produção de sentido. Assinale a alternativa correta em relação à organização do texto de Agualusa.
- O texto apresenta uma sequência de conceitos teóricos sobre o futuro, organiza-os em ordem cronológica exemplificando-os com referências literárias e finaliza com uma síntese neutra sobre o tema.
 - O texto começa com a apresentação de personagens históricos, desenvolve uma narrativa biográfica sobre suas obras e encerra com a descrição detalhada de suas principais publicações.
 - O texto introduz o tema por meio de uma definição formal de profecia, amplia a discussão com dados estatísticos e conclui com críticas à sociedade e propostas de intervenção social.
 - O texto inicia com a opinião do autor sobre os “maus” e “bons” profetas, desenvolve essa ideia com explicações e exemplos de escritores e cientistas, e retoma a posição inicial no encerramento.
- 9) O vocábulo “logro”, presente em “o metucioso logro do tempo” (7º§), foi constituído pelo mesmo processo formador da palavra destacada em:
- “a queima de livros” (4º§).
 - “testemunhou o tédio” (5º§).
 - “promete salvação” (8º§).
 - “sempre discretos, atentos” (9º§).
- 10) À luz das normas do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa em que o emprego dos pronomes de tratamento e da concordância verbal está correto.
- Vossa Excelência deveis encaminhar vosso parecer até o final da semana.
 - Sua Excelência deverá encaminhar o vosso parecer até o final da semana.
 - Sua Senhoria deveis encaminhar vosso parecer até o final da semana.
 - Vossa Senhoria deverá encaminhar seu parecer até o final da semana.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Um tratamento experimental consiste em 5 etapas, que necessariamente devem ser cumpridas, sem, porém, que haja uma ordem preestabelecida. Assinale a alternativa que apresenta o número de possibilidades distintas de se passar pelas cinco etapas.

- a) 5 b) 20 c) 60 d) 120

12) Se eu sou alto, então meu irmão também é. Considerando verdadeira a proposição composta apresentada, não é correto afirmar que os valores lógicos das duas proposições simples podem ser:

- a) ambos verdadeiros
b) o primeiro falso e o segundo verdadeiro
c) o primeiro verdadeiro e o segundo falso
d) ambos falsos

13) Analise os nomes e a sequência em que foram colocados e, com base na análise, assinale a alternativa que contém o próximo nome da sequência abaixo.

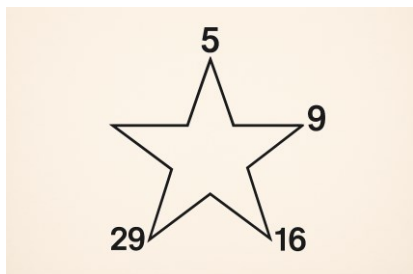
Beatriz, Carlos, Eduardo, Helena, Hilda, Maria, Ulisses, Heitor, Celina, Cíntia

- a) Elaine
b) Kleber
c) Enzo
d) Kátia

14) Num restaurante, todas as pessoas presentes pediram pelo menos um dos itens: prato principal, sobremesa ou bebida. 8 pessoas pediram prato principal, sobremesa e bebida; 12 pessoas pediram prato principal e sobremesa; 10 pediram prato principal e bebida. Ainda, 18 pessoas pediram prato principal; 18 pediram sobremesa e 20 pediram bebida. Assinale a alternativa que apresenta o número de pessoas no restaurante.

- a) 56 b) 34 c) 22 d) 20

15) Analise a figura abaixo.



Assinale a alternativa que apresenta o número que deve aparecer na ponta vazia da estrela.

- a) 54 b) 50 c) 46 d) 42

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Determinado servidor público, após sofrer sanção disciplinar de advertência, socorreu-se do Poder Judiciário alegando nulidade da decisão administrativa sancionadora. Argumentou que, apesar de ter sido assegurado direito de defesa, ainda assim é dado ao magistrado, como regra, o poder de rever a oportunidade e conveniência da Administração na aplicação da sanção, em especial em se tratando de hipótese em que a infração por ele cometida é de natureza leve e poderia, assim, ser relevada em razão da ausência de antecedentes e do bom comportamento pretérito do servidor. Neste caso, é possível dizer que o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada, o que não é o caso do enunciado
- b) dá-se de forma ampla, por ser a inafastabilidade do Poder Judiciário garantia fundamental, não se admitindo que lesão à direito não possa ser objeto de revisão estatal, sendo certo que, no caso do enunciado, é dado ao juiz verificar a possibilidade de extinção da punibilidade disciplinar por graça ou perdão administrativo
- c) decorre do princípio do acesso à justiça, segundo o qual a todos é assegurado o direito de socorrerem-se do Poder Judiciário quando há lesão ou ameaça de lesão a direito, caso do enunciado, em que não é dada à Administração a possibilidade de sancionamento disciplinar de infração de natureza leve diante de quadro de bons antecedentes funcionais do servidor
- d) mostra-se limitado, podendo o Judiciário apenas realizar controle dos aspectos formais do processo administrativo disciplinar, no que tange ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal, e desde que demonstrado prejuízo, não sendo possível, em hipótese alguma, análise do mérito administrativo acerca da sanção aplicada, sendo improcedente, portanto, a pretensão do servidor no caso do enunciado

17) João da Silva, servidor público, foi chamado a responder processo administrativo disciplinar. Após regular instrução, a Administração proferiu decisão de tipificação, à luz das provas, alterando a capitulação legal da conduta descrita desde o início do processo. Oportunizou, então, defesa. João defendeu-se sem advogado, como havia feito ao longo de todo o procedimento. O processo, após, foi objeto de relatório pormenorizado elaborado pela Comissão Processante, a qual analisou todos os argumentos da defesa e a prova dos autos e opinou, em conclusão, pela condenação do servidor, sancionando-o com demissão do serviço público. O processo foi à autoridade administrativa competente que em decisão de uma linha, reportou-se ao relatório da comissão, adotando-o como razões de decidir, aplicando, assim, a sanção de demissão. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo disciplinar é nulo por três motivos: o servidor não contou com defesa técnica de advogado; a alteração da capitulação legal da conduta do servidor caracteriza cerceamento de defesa, exigindo o reinício do processo; e, por fim, há falha na motivação da decisão sancionadora, pois é dever da autoridade julgadora verificar se há alguma nulidade procedimental e se as conclusões da comissão processante têm conformidade com o ordenamento jurídico (observadas as razões de fato e de direito), bem como se eventual sanção é cabível, exercício este incompatível com a decisão por remissão
- b) Apesar da falta de defesa técnica por advogado em Processo Administrativo Disciplinar não violar a Constituição Federal, pois a presença de advogado é facultativa, no caso do enunciado há duas outras causas de nulidade do processo: a alteração da capitulação legal da conduta do servidor caracteriza cerceamento de defesa, exigindo o reinício do processo; e, por fim, há falha na motivação da decisão sancionadora, pois é dever da autoridade julgadora verificar se há alguma nulidade procedimental e se as conclusões da comissão processante têm conformidade com o ordenamento jurídico (observadas as razões de fato e de direito), bem como se eventual sanção é cabível, exercício este incompatível com a decisão por remissão
- c) Apesar da falta de defesa técnica por advogado em Processo Administrativo Disciplinar não violar a Constituição Federal e não restar caracterizada nulidade pela meta alteração da capitulação, é dever da autoridade julgadora verificar se há alguma nulidade procedimental e se as conclusões da comissão processante têm conformidade com o ordenamento jurídico (observadas as razões de fato e de direito), bem como se eventual sanção é cabível, exercício este incompatível com a decisão por remissão
- d) Não há qualquer nulidade do processo disciplinar descrito no enunciado: a constituição de advogado para a defesa em processo disciplinar é facultativa; a alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar; e a autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares

18) Sobre o instituto da intervenção, na concessão de serviço público, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes
- b) O poder concedente deverá, no prazo de trinta dias após declarada a intervenção, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
- c) O procedimento administrativo de comprovação das causas determinantes da intervenção deverá ser concluído no prazo de até cento e vinte dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção
- d) Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização

19) Em determinada ação judicial de improbidade administrativa, após prolação de sentença condenatória com imposição de sanção de multa, perda da função pública e ressarcimento de danos ao erário, quando o processo se encontrava em grau de recurso, a defesa do servidor público réu, condenado, postulou a suspensão do processo, em razão de estar concluindo com o Ministério Público a negociação de um acordo de não-persecução cível que seria, segundo a defesa, logo levado ao processo para homologação judicial. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Ao contrário do âmbito penal, em que o ordenamento prevê a possibilidade de acordo de não-persecução penal, inexistente a figura do acordo de não-persecução cível para atos de improbidade, sendo vedada a transação em relação à tal matéria em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público
- b) Os acordos de não-persecução cíveis, em que pese sejam legalmente admissíveis, restringem-se, temporalmente, à fase pré-processual ou, se não ofertados pelo Ministério Público, devem ser postulados até o encerramento da fase de defesa judicial, não se admitindo sua postulação após a existência de condenação, ainda que pendente de recurso
- c) Os acordos de não-persecução cíveis, apesar de não previstos na lei para o âmbito da improbidade administrativa, seguem as regras do seu similar do processo penal, exigindo confissão do agente como requisito de sua realização e, como no âmbito penal, dispensam homologação judicial ainda que já em trâmite ação de improbidade, a qual perderá objeto se comunicada a transação extrajudicial realizada pelas partes
- d) É possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível em ação de improbidade administrativa em fase recursal

20) Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, assinale alternativa incorreta.

- a) O imóvel integrante do acervo patrimonial de sociedade de economia mista, afetado à prestação de serviço público e, assim, possuindo destinação pública, deve ser tratado como bem público, não podendo, pois, ser objeto de usucapião
- b) É possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nessa circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, não havendo qualquer prejuízo ao Estado
- c) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário são, por si só, terras devolutas, dispensando o ente federativo de comprovar a titularidade desses terrenos
- d) É incabível a modificação unilateral pela União do valor do domínio pleno de imóvel aforado, incidindo somente a correção monetária na atualização anual do pagamento do foro na enfiteuse de seus bens

21) Determinado bem público que se encontrava abandonado foi invadido e ocupado por famílias de “sem-teto”. Tais famílias permaneceram no imóvel pelos últimos vinte e um anos e nele construíram edificações, plantaram e abriram acessos. O ente da federação proprietário do bem obteve, em processo judicial específico, uma ordem que forçou que as famílias desocupassem a área. No que tange ao direito de tais famílias em relação as edificações e eventual indenização por tais benfeitorias, assinale a alternativa correta.

- a) A ocupação de bem público, em que pese não enseje a aquisição da propriedade por usucapião, tampouco o direito de retenção de acessões, impõe ao ente da federação o dever de indenizar benfeitorias realizados no imóvel
- b) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias
- c) A ocupação de bem público em regra não enseja a aquisição da propriedade por usucapião, exceto se os possuidores permaneceram na área por mais de vinte anos e tal posse ocorrer anteriormente à Constituição de 1988, hipótese em que eventual desocupação forçada deve ser precedida de indenização justa em dinheiro, a qual incluirá o valor das acessões e benfeitorias realizadas na coisa
- d) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, porém, após eventual desocupação, há direito dos invasores ao recebimento de indenização por acessões e benfeitorias realizadas na coisa

22) Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias de regime especial, integram a Administração Pública Indireta. Em relação a tais conselhos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A atividade fiscalizatória exercida pelos conselhos profissionais, decorrente da delegação do poder de polícia, está inserida no âmbito do direito administrativo, não podendo ser considerada relação de trabalho e, de consequência, não está incluída na esfera de competência da Justiça Trabalhista.
- () A atividade de músico é atividade regulamentada e sujeita ao poder de polícia exercido pela Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), também um conselho profissional, legitimando a exigência da referida autarquia, de registro profissional individual e a cobrança de anuidade para o exercício de tal profissão.
- () O ato do Conselho de Contabilidade, que requisita dos contadores e dos técnicos livros e fichas contábeis de seus clientes, não viola os princípios da privacidade e do sigilo profissional, já que visa à fiscalização da atividade contábil dos profissionais nele inscritos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – F – V
- b) V – V – F
- c) F – F – F
- d) F – V – V

23) Determinado órgão da Administração Pública contratou servidores públicos temporários para atender necessidade temporária e excepcional do setor. Após quase doze meses de trabalho, no mês de dezembro, o grupo de temporários exigiu da Administração o pagamento de décimo terceiro salário. A autoridade administrativa responsável pediu à procuradoria do órgão que emitisse parecer acerca da situação, informando sobre o direito dos servidores temporários ao recebimento de décimo terceiro e férias. Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta à consulta.

- a) Apenas em se tratando de ente da federação que adotou o regime jurídico-administrativo, haverá automática extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público
- b) Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo se houver expressa previsão legal na lei que regulamenta a contratação destes ou expressa previsão contratual reconhecendo tais direitos
- c) Não haverá extensão do direito a décimo terceiro e férias acrescidas de terço, dos servidores efetivos aos temporários, ainda que comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública em razão de sucessivas e reiteradas renovações ou prorrogações
- d) Por se tratar de direitos previstos constitucionalmente, o décimo terceiro salário e as férias acrescidas de terço são garantidos a todos os agentes públicos, sejam servidores ou empregados públicos, de regime administrativo ou contratual, efetivos ou temporários

24) Recentemente, determinado gestor de uma empresa estatal estadual que explora atividade econômica questionou a procuradoria do órgão acerca de notícias publicadas pelos meios de comunicação, em especial uma com o seguinte título “STF decide que as estatais podem demitir empregados concursados sem justa causa”. A procuradoria, ao sanar as dúvidas, realizou as afirmações contidas nas alternativas abaixo. Diante do exposto, assinale a alternativa **incorreta.**

- a) A demissão de empregado público pode se dar sem justa causa, mas não pode ser arbitrária. Deve haver um ato formal indicando o motivo, que pode ser técnico, econômico, financeiro ou relacionado ao desempenho do empregado
- b) Além de não ser necessário que o empregado cometa justa causa, aos moldes da CLT, também não se exige processo administrativo prévio (processo disciplinar) para a dispensa, o que simplifica o processo de desligamento em comparação a servidores estatutários
- c) O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) aplica-se a todas as empresas estatais (federais, estaduais, municipais) que exploram atividade econômica
- d) O entendimento do STF não se aplica às empresas estatais que prestam serviço público, pois estas equiparam-se a autarquias, como é caso dos Correios, e, assim, seus agentes equiparam-se a servidores efetivos, com as garantias a eles inerentes, como estabilidade e necessidade de processo disciplinar para perda do cargo por demissão

25) Sobre o tratamento constitucional das desapropriações realizadas pelo Poder Público, assinale a alternativa **incorreta.**

- a) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação
- b) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, seguida de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e, então, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais
- c) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão
- d) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão desapropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, nos termos das regras afetas à desapropriação de imóvel rural que não cumpre sua função social

26) A lei de licitações estabelece um rol de pessoas que não podem disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Não podem disputar licitação ou participar de execução de contrato administrativo o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- () Pessoas físicas ou jurídicas que, nos dez anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil ou por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo, ficam proibidas de disputar licitação ou participar de execução de contrato administrativo.
- () Não podem disputar licitação ou participar de execução de contrato administrativo pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- () Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – F – F – V
- b) V – F – V – V
- c) F – V – V – F
- d) F – V – F – F

27) O proprietário de imóvel de grandes proporções consultou um advogado em razão de sua área ter sido atingida por ônus administrativo imposto pelo Poder Público para o aproveitamento industrial de quedas d'água, com o fim de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Pretende o proprietário edificar na área, porém está em dúvida em razão de eventuais embaraços que isso possa causar ao Poder Público. Sobre o tema, o advogado deu respostas às dúvidas do proprietário, descritas nas afirmativas abaixo, mas uma delas é errada. Diante do exposto, assinale a alternativa **incorreta.**

- a) As concessões para o aproveitamento industrial das quedas d'água, ou, de modo geral, para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, conferem aos seus titulares o direito de constituir as servidões administrativas permanentes ou temporárias, exigidas para o estabelecimento das respectivas linhas de transmissão e de distribuição
- b) A servidão compreende o direito, atribuído ao concessionário, de praticar, na área por ela abrangida, todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétricas e das linhas, sendo-lhe assegurado ainda o acesso à área da servidão, através do prédio serviente, desde que não haja outra via praticável
- c) Os proprietários das áreas atingidas pelo ônus limitarão o uso do gozo das mesmas ao que for compatível com a existência a servidão, abstendo-se, em consequência, de praticar, dentro delas, quaisquer atos que a embaçarem ou lhe causem dano, incluídos entre eles os de erguerem construções ou fazerem plantações de elevado porte
- d) Os concessionários poderão promover, no caso de embaraço oposto pelos proprietários à constituição da servidão, ou ao respectivo exercício, as medidas judiciais necessárias ao seu reconhecimento, vedado, por outro lado, utilizar-se do processo da desapropriação

28) Determinada associação de torcedores organizados foi legalmente construída há 10 (dez) anos. Atualmente ela possui 10 (dez) mil associados. A sua finalidade institucional é a de apoiar o time de futebol masculino e feminino da agremiação, organizar celebrações, mantendo a identidade visual nas arquibancadas em dias que houver jogos, planejar viagens quando o time for atuar em outra cidade etc. No início de funcionamento da associação, houve aumento significativo do número de associados, mas, com o transcorrer do tempo, as suas atividades passaram a ter finalidade ilícita porque os seus dirigentes começaram a marcar confrontos com as torcidas de times adversários, ocasionando inclusive mortes, o que culminou com a redução drástica do número de associados. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 prevê que é plena a liberdade de associação, sendo vedada a sua dissolução em qualquer hipótese
- b) A Constituição Federal de 1988 prevê que as associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão da autoridade policial competente, após o encerramento do inquérito policial
- c) A Constituição Federal de 1988 prevê que as associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não se exigindo o trânsito em julgado
- d) A Constituição Federal de 1988 prevê que as associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão do Ministério Público, após o encerramento do inquérito civil público, onde é conferido o contraditório e a ampla defesa

29) A Constituição do Estado de Pernambuco foi promulgada em 5 de outubro de 1989 por meio do poder constituinte derivado decorrente realizado pela Assembleia Legislativa local, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Ela foi elaborada com participação popular, observando-se a consolidação da organização dos poderes e respeitando os princípios estabelecidos na Constituição Federal. De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco e o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O poder constituinte derivado decorrente ao elaborar a Constituição do Estado de Pernambuco optou em não ter um preâmbulo, pois a sua falta não contraria os princípios da Constituição Federal.
- () Há previsão expressa na Constituição do Estado de Pernambuco de que o território do Estado é o da antiga Província.
- () Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, é competência exclusiva do Estado proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- () Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta e fundacional, será exercida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – V – F – V
- b) F – F – V – V
- c) V – F – V – F
- d) F – V – F – F

30) Segundo a doutrina: “A Constituição Federal dispõe sobre as limitações ao poder de tributar, sobretudo na Seção II, artigos 150 e seguintes. Trata-se de uma série de hipóteses em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios veem-se impedidos de exercer suas competências tributárias, por força de limitações impostas pelo próprio texto constitucional” (DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 755). Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem decreto que o estabeleça
- b) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes
- c) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão
- d) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado

31) A Ordem Social prevista na Constituição Federal de 1988 é prolixa ao incluir temas como, por exemplo, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, destaque-se a seguinte doutrina: “Desse modo, ao realçar o Título VIII – ‘Da Ordem Social’ – a manifestação constituinte originária, atestou o caráter dialético do Texto de 1988, o qual logrou a índole *compromissória*, sem predomínio absoluto de uma única tendência política. Revelou, ainda, o cunho *analítico*, a exemplo das Constituições portuguesa de 1976 e espanhola de 1978, que, na tentativa de superar experiências autoritárias, prestigiaram um varejo de miudezas, descambando para o casuismo e a prolixidade (...)” (BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 1.278). De acordo com a Constituição Federal e o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam os povos indígenas é tema que não está previsto no Título VIII, Da Ordem Social.
- () A ordem econômica, que é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, é um dos temas centrais do Título VIII, Da Ordem Social.
- () O Estado tem o dever de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional, é um tema que faz parte do Título VIII, Da Ordem Social.
- () A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, é tema que não está previsto no Título VIII, Da Ordem Social.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – V – F – V
- b) F – F – V – V
- c) V – F – V – F
- d) F – V – V – V

32) O § 3º do art. 18 da Constituição Federal (CF) prescreve: “Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar”. Com base nesse dispositivo da Constituição Federal, o Estado Alfa foi desmembrado culminando com a criação do Estado Beta (desmembramento-formação). Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- Nos dez primeiros anos da criação do Estado Beta, a Assembleia Legislativa será composta de dez Deputados se a população for inferior a seiscentos mil habitantes
- Nos dez primeiros anos da criação do Estado Beta, o Governo terá no máximo vinte Secretarias
- Nos dez primeiros anos da criação do Estado Beta, o Tribunal de Justiça terá sete Desembargadores
- Nos dez primeiros anos da criação do Estado Beta, as despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar sessenta por cento da receita do Estado

33) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi criado pela Constituição Federal de 1988, com instalação em abril de 1989. É conhecido como “Tribunal da Cidadania” e substituiu o antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR) com o objetivo de uniformizar a interpretação da lei federal e descongestionar o Supremo Tribunal Federal (STF). As regras para a sua criação foram previstas nas Disposições Constitucionais Transitórias. Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo.

- As Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram que o Superior Tribunal de Justiça seria instalado sob a Presidência do Tribunal Federal de Recursos.
- As Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram que até que se instalasse o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal exerceria as atribuições e competências definidas na ordem constitucional precedente.
- As Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram que a composição inicial do Superior Tribunal de Justiça far-se-ia pelos onze Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- As Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram que instalado o Tribunal, os Ministros aposentados do Tribunal Federal de Recursos tornar-se-iam, automaticamente, Ministros aposentados do Superior Tribunal de Justiça.

Estão corretas as afirmativas:

- II e IV apenas
- I, II e III apenas
- I e IV apenas
- II e III apenas

34) Assinale a alternativa incorreta.

- A menoridade cessa aos dezoito anos completos
- Cessar, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior
- Cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos
- Cessar, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria

35) Uma escola de natação aluga determinado imóvel de outrem e inaugura duas piscinas olímpicas para o exercício da sua atividade comercial. Diante desta situação é possível classificar as piscinas como:

- benfeitorias necessárias
- benfeitorias úteis
- benfeitorias voluptuárias
- bens de uso comum do povo

36) Caio é credor de cem mil reais. Os devedores solidários são José, Carlos e Felipe. Caio ingressa com demanda judicial para cobrar o valor integral de Felipe, pois era o que considerava com mais patrimônio pessoal. Porém, consegue receber apenas quarenta mil reais de Felipe. Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- O fato de Caio ter ingressado com demanda judicial apenas em relação à Felipe não afastará a solidariedade em relação aos demais devedores em caso de recebimento parcial dos valores devidos.
- Caio tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores serão desobrigados em relação ao resto.
- Se o devedor solidário José vier a falecer, os seus herdeiros serão obrigados a quitar apenas a quota que for equivalente ao seu quinhão hereditário, exceto em caso de obrigação indivisível.
- Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- V – V – F – V
- V – F – V – F
- F – F – V – F
- V – F – V – V

37) A respeito da intervenção de terceiros, analise as afirmativas abaixo.

- I. A assistência será admitida em qualquer procedimento, até a sentença, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- II. É litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- III. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- IV. A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) III apenas
- c) II e III apenas
- d) I e IV apenas

38) A respeito da atuação do Ministério Público, analise as afirmativas abaixo.

- I. Em regra, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos.
- II. Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e encaminhará o processo à Procuradoria Geral, para emissão de parecer supletivo.
- III. Processos envolvendo litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana exigem a participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- IV. O membro do Ministério Público não responderá regressivamente quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I e IV apenas

39) Sobre o tema dos procuradores, analise as afirmativas abaixo.

- I. É lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal.
- II. Em nenhuma hipótese o advogado será admitido a postular em juízo sem procuração.
- III. Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado declarar que não possui condições de arcar com os custos do processo sem prejuízo do próprio sustento, ou de sua família.
- IV. A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I e IV apenas

40) A respeito das prerrogativas e deveres inerentes aos advogados, assinale a alternativa incorreta.

- a) Examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação
- b) Obtenção de cópias e o registro de anotações, mesmo na hipótese de segredo de justiça
- c) Requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 5 (cinco) dias
- d) Retirada dos autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz, nos casos previstos em lei

41) A respeito do tema do litisconsórcio, assinale a alternativa incorreta.

- a) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei, por convenção das partes ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes
- b) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença
- c) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos
- d) O requerimento de limitação de litisconsórcio interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar

42) A respeito da ação civil pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) O requisito da pré-constituição das associações legitimadas a propor ações civis públicas poderá ser dispensado pelo juízo mediante prestação de caução
- b) As ações civis públicas serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa
- c) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são legitimados à propositura de ação civil pública

43) Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta.

- a) Equiparam-se ao conceito de autoridade coatora, para fins de mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições
- b) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público
- c) É federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada
- d) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que notificado judicialmente

44) A respeito do processo de execução, assinale a alternativa incorreta.

- a) A execução será suspensa, no todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execução
- b) Quando não for localizado o executado, a execução será suspensa
- c) A concessão do parcelamento previsto no art. 916 do Código de Processo Civil enseja a extinção da execução
- d) Na hipótese de não localizados bens penhoráveis, suspende-se a execução

45) A respeito do tema das provas, assinale a alternativa correta.

- a) A distribuição diversa do ônus da prova não pode ser estipulada por convenção das partes
- b) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que vier a ser proposta
- c) O juiz apreciará a prova constante dos autos em relação à parte que a promoveu, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento
- d) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído

46) A respeito do instituto da competência, assinale a alternativa correta.

- a) A eleição de foro somente produz efeito quando constar de instrumento escrito, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor
- b) As partes podem modificar a competência somente em razão do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações
- c) Juízo aleatório é aquele em que a ação pode ser proposta no foro de domicílio ou de residência das partes, ou onde celebrado o negócio jurídico discutido na demanda
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada até o momento da conclusão para sentença

47) Abel propôs ação judicial que foi julgada parcialmente procedente. Na sua compreensão, a sentença apresenta fundamentação genérica, onde apenas foi parafraseado ato normativo. Contra essa decisão, opôs embargos de declaração. Assinale a alternativa correta quanto ao cenário processual descrito no enunciado.

- a) Os embargos não devem ser conhecidos, pois a legislação prevê o recurso de apelação como a forma de impugnação contra sentença
- b) A interposição de embargos de declaração não é dotada de efeito suspensivo e não interrompe o prazo para interposição de recurso
- c) Não cabem embargos de declaração porque a sentença não empregou em sua fundamentação conceitos jurídicos indeterminados
- d) A omissão identificada na sentença justifica o cabimento dos embargos de declaração

48) O princípio da legalidade é pedra fundamental do Direito Penal brasileiro, marcando, por isso, a própria abertura do Código em seu dispositivo prefacial. Registra, também, sua presença no elevado artigo 5º, da Constituição Federal, especificamente em seu inciso XXXIX. Nessa linha, o grande jurista Luis Jiménez Asúa afirma com precisão: “Ernest Beling, que expôs a teoria da tipicidade pela primeira vez, deu a ela, desde seu primeiro livro, um valor decisivo na construção técnica do crime, e recentemente estudou o significado do princípio *nulla poena sine lege* para a determinação dos conceitos fundamentais dos delitos. Ora, visto que não há crime sem um *tipo legal* claramente formulado, é possível, no sentir de Beling, levar o princípio *nullum crimen sine lege* adiante, dizendo: 'não há crime sem tipicidade' (kein Verbrechen ohne Tatbestand).” (La Ley e el Delito: principios de derecho penal. 13ª edição, Buenos Aires: Abeledo-Perrot Editorial Sudamericano, 1984, p. 97-98, tradução livre). Atento às advertências lançadas no trecho, analise as afirmativas abaixo.

- I. O Direito Penal expressa suas previsões punitivas no tipo penal ou tipo legal incriminador, que é o modelo de conduta prevista na lei penal, que pode ser classificado como crime, contravenção ou ato de improbidade administrativa.
- II. O autor do crime é a pessoa humana, também designado como sujeito ativo de crime. Excepcionalmente, nos termos da lei e da Constituição, é possível atribuir responsabilidade penal à pessoa jurídica.
- III. É possível existir um fato que seja ilícito, mas que não seja correspondentemente típico, isto é, que não se subsuma a um tipo penal incriminador e ainda assim seja ilícito.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) I e III apenas
- d) II e III apenas

49) Na estrutura do Estado, principalmente após os ventos do positivismo jurídico, separou-se o binômio legalidade-ilegalidade de moralidade-imoralidade. Atualmente, no Direito brasileiro, diferencia-se o conceito de conduta ilegal daquele de conduta imoral, restando-se em algum lugar entre um e outro o conceito de improbidade.

Ao explicar tal cenário, Renato Kim Barbosa e Rafael de Oliveira Costa explicam de maneira precisa assim: “Contudo, existem diversas correntes que buscam explicar a relação entre moralidade e probidade. Uma primeira posição entende que a probidade administrativa decorre do princípio da moralidade administrativa. Já uma segunda posição advoga que a probidade administrativa é mais ampla que a moralidade administrativa, conjugando-a com outros princípios – v.g., legalidade, impessoalidade, eficiência e própria moralidade administrativa. A recente redação conferida ao artigo 1º, § 4º, da Lei n. 8.429/1992, pela Lei n. 14.230/2021, parece encampar essa posição, estabelecendo a aplicação dos princípios constitucionais do Direito Administrativo Sancionador ao sistema de improbidade administrativa.” (Nova Lei de improbidade administrativa: atualizada de acordo com a Lei n. 14.230/2021, São Paulo: Almedina, 2022, cap. 1, n. 2). Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Atos de improbidade administrativa podem ofender princípios da administração pública, porém apenas se a conduta for dolosa, com exclusão daquelas culposas
- b) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, em desconformidade com a lei, é, por si só, ato de improbidade administrativa
- c) O sistema jurídico da improbidade administrativa possui princípios próprios, não se lhe aplicando a sistemática do direito administrativo sancionador, a do direito civil ou a dos direitos difusos e coletivos
- d) Apenas funcionários públicos com vínculo estatutário submetem-se aos regramentos da Lei de Improbidade Administrativa

50) Acerca dos crimes contra a fé pública, analise as afirmativas abaixo.

- I. A conduta de falsificar documento público tem ameaça penal tão grave quanto o crime de usar documento público falsificado.
- II. Falsificar cartão de crédito ou de débito é punido como figura equiparada ao estelionato.
- III. Falsidade ideológica consiste em falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento público ou privado verdadeiro.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) III apenas
- d) I apenas

51) Sobre o crime de violação de sigilo funcional (artigo 325, do Código Penal), assinale a alternativa que apresenta a conduta que não é incriminada.

- Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo
- Permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública
- Utilizar, imprudentemente, do acesso restrito
- Facilitar a revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo

52) Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa que apresenta a conduta que não é incriminada.

- O furto (artigo 155, do Código Penal) é qualificado pela fraude comum e qualificado de forma mais rigorosa se a fraude for cometida por meio de dispositivo eletrônico ou informático
- O furto de coisa comum (artigo 156, do Código Penal) tem por objeto material coisa comum, ou seja, aquele bem pertencente à Administração Pública e que pode ser usada por qualquer do povo
- O roubo (artigo 157, do Código Penal) tem especial agravação da pena se houver emprego de arma branca; e a resposta penal será mais dura se houver emprego de explosivo; e ainda mais dura se houver emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido
- No estelionato (artigo 171, do Código Penal), a coisa, móvel ou imóvel, deve ser obtida pelo estelionatário através do engano da vítima, enquanto na apropriação indébita (artigo 168, do Código Penal) a obtenção da coisa pelo autor se dá pelo recebimento da respectiva detenção ou posse

53) Sobre a temática da ação penal condenatória, assinale a alternativa correta, analisando as referidas situações concretas.

- Após receber ofício do Sr. Diretor da cadeia pública, sobre o suicídio de réu preso, deverá o Juiz de Direito declarar, prontamente, a extinção da punibilidade
- Ocorre perempção sempre que, em ação penal pública ou privada, deixar a acusação de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos
- No Processo Penal brasileiro, admite-se o perdão tácito
- Há renúncia, causa de extinção da punibilidade, caso o querelante ou o Ministério Público não ofereçam ação penal em face de todos os envolvidos

54) A obra “As Minas de Prata”, do grande José de Alencar, é romance histórico que se passa no Brasil-colônia, na época da União das Coroaas Ibéricas, por volta de 1609. Conta, em síntese, as tramas de Estácio, jovem determinado a encontrar as minas de prata de seu pai, Robério Dias. A estória passa por intrigas diversas, envolvendo políticos, clérigos, amores. Um dos pontos mais marcantes da obra é a temática da honra, quiçá da superioridade dos valores éticos sobre os ganhos materiais. Nessa toada, a refletir o peso social das aparências, numa discussão é lançado: “A honra é como a mulher de César, que nem deve ser suspeitada” (As minas de prata (texto integral). Epub (versão para Kindle). p. 631). Sabe-se que a legitimidade social das decisões judiciais vem, em boa parte, da aparência de honestidade, correção, retidão. Para garantir-lhes ao processo penal, o Código de Processo Penal elenca a sistemática de suspeição e de impedimento. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo.

- A dissolução do casamento não gera efeitos para as regras de impedimento e suspeição havendo filhos fruto daquela relação.
- O Juiz não deve julgar caso tendo como parte o sogro ou o genro, mesmo que dissolvido o casamento que deu origem a tais vínculos de afinidade.
- O clima de embate, em litígios de grave importância, leva, por vezes, a exaltação e até a injúria contra o magistrado. Caso ocorra, é dever funcional do Juiz reconhecer sua suspeição.
- Serventuários e funcionários da justiça possuem sistemática própria sobre suspeição e impedimento, distinta da dos juizes, diante da particularidade de suas funções processuais.

Estão corretas as afirmativas:

- | | |
|--------------------|------------------------|
| a) I, II, III e IV | c) I e III apenas |
| b) I e II apenas | d) II, III e IV apenas |

55) As audiências realizadas nos Fóruns representam parte relevante da vida forense. O contato humano e a ritualística do Direito e da Justiça formam um ambiente único, no qual a abstração e a aridez dos conceitos jurídicos conflitam com as vidas humanas, com os problemas sociais e com os efeitos práticos suportados pelas pessoas de carne e osso. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- Os espectadores das audiências ou das sessões poderão manifestar aprovação ou desaprovação sobre as decisões judiciais, expressão da garantia constitucional de liberdade de opinião e de expressão
- A polícia das audiências compete aos respectivos juizes, que poderão determinar o que for conveniente à manutenção da ordem e, para isso, poderão requisitar a força pública, que ficará exclusivamente à sua disposição
- A exceção é o segredo. As audiências, as sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e realizados com assistência dos funcionários da Justiça
- O Juiz fará retirar da sala aqueles que desobedecerem seus legais comandos

56) Sobre as prisões não definitivas existentes no Direito Processual Penal brasileiro, analise as afirmativas abaixo.

- I. Prisão temporária é modalidade de constrição cautelar voltada à investigação criminal.
- II. A prisão em flagrante poderá ocorrer em face de crimes que estejam acontecendo, ou também que acabaram de acontecer. Mas, não em face daqueles que sejam encontrados logo depois, ainda que em poder de instrumentos ou objetos do crime; para estes, poderá o Delegado de Polícia representar pela prisão temporária.
- III. A prisão preventiva será decretada pelo Juiz e terá sua duração máxima de 30 dias, se o crime investigado for hediondo.
- IV. A prisão em flagrante é lavrada por autoridade competente, em regra o Delegado de Polícia, que poderá conceder fiança para crimes cuja pena máxima não seja superior a quatro anos.

Estão corretas as afirmativas:

- | | |
|----------------------|--------------------|
| a) I, II e IV apenas | c) I e IV apenas |
| b) I e II apenas | d) II e III apenas |

57) Sobre os recursos em Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso em sentido estrito deve ser interposto em cinco dias e arrazoadado em mais cinco
- b) A apelação é o recurso interposto contra decisões definitivas diversas das sentenças condenatórias e absolutórias, desde que não previstas no rol do recurso em sentido estrito
- c) Os recursos de apelação, quando interpostos contra decisões do Tribunal do Júri, poderão ter os mesmos reclamos daqueles que ataquem sentenças dos juízes singulares
- d) A apelação terá efeito suspensivo, obstando a colocação do réu em liberdade se interposta em audiência pelo Promotor de Justiça contra sentença absolutória

58) Acerca das ações mandamentais de *habeas corpus* e de mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta.

- a) O *habeas corpus*, conforme regramento preconizado pelo Código de Processo Penal, tem por objeto a salvaguarda do ser humano, individual ou coletivamente, protegendo-o em sua liberdade e incolumidade física, quer contra ataques atuais, quer contra ataques iminentes
- b) O processo penal guia-se pela inércia do Juiz, porém as autoridades judiciais poderão dar *habeas corpus* de ofício
- c) A ausência de justa causa é motivo para concessão de *habeas corpus*, caso imponha ofensa ou risco de ofensa à liberdade ambulatorial
- d) O mandado de segurança é usado de forma limitada no Processo Penal, remetendo-se o Código de Processo Penal, no tratamento dessa ação mandamental, expressamente à sistemática do *habeas corpus*

59) A respeito da Lei nº 11.419/2006, que deu os primeiros passos a respeito da Informatização do Processo Judicial no Brasil e estabelece importantes conceitos e institutos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no primeiro dia útil seguinte ao dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico
- b) Transmissão eletrônica é toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores
- c) A assinatura eletrônica é uma formas de identificação inequívoca do signatário, seja assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica, ou mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos
- d) A Lei de Informatização do Processo Judicial aplica-se indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição

60) A respeito do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Resolução nº 395/2017), analise as afirmativas abaixo.

- I. O Tribunal Pleno poderá instituir Câmaras Extraordinárias, com competência para processar e julgar processos incluídos nas Metas Nacionais do Judiciário para o segundo grau de jurisdição e outros que lhes sejam distribuídos em face de acúmulo de processos, dando-se preferência àqueles que ainda não tenham relator sorteado.
- II. Para os fins previstos no artigo 942, *caput*, e § 1º, do Código de Processo Civil, nas Câmaras Cíveis e de Direito Público, atuarão, em regime de acumulação, dois desembargadores, integrantes do Órgão Especial, em ordem crescente de antiguidade, conforme escala prevista no Regimento.
- III. As Câmaras Extraordinárias funcionarão por tempo indeterminado, até seja cessado o acúmulo de processos, que ensejou sua autorização, mediante deliberação do Tribunal Pleno.
- IV. A Câmara Regional sediada em Caruaru possui competência para processar e julgar feitos originários e em grau de recurso de natureza criminal, cível, fazendária e de previdência pública.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I, II e III apenas
- c) I e IV apenas
- d) IV apenas

DISCURSIVA

Celso realizou um churrasco em sua casa no dia da final do campeonato de futebol. Durante a comemoração, soltou fogos de artifício, os quais vieram a acertar a residência do vizinho, Tício, provocando ali um pequeno incêndio, que atingiu alguns cômodos do imóvel, ensejando danos estruturais na casa e também a perda de mobiliário.

Em virtude dos danos sofridos, Tício propôs contra Celso uma ação de indenização, fundamentada nos artigos 186 e seguintes, do Código Civil.

A parte autora requereu a produção de prova pericial, modalidade engenharia, com o intuito de constatar a extensão do dano causado ao imóvel, bem como o nexo de causalidade entre a conduta de Celso e o dano produzido. Tício também requereu a concessão de tutela provisória.

Recebida e processada a ação, o juízo indeferiu a produção da prova pericial, entendendo-a desnecessária ao feito, nos termos do art. 370, do Código de Processo Civil.

Após o regular curso processual, foi prolatada sentença de improcedência, por falta de provas do dano no imóvel, bem como do nexo causal em relação à conduta da parte ré.

O pedido de tutela provisória foi analisado apenas no bojo da sentença e foi indeferido.

Contra essa sentença, Tício interpôs recurso de apelação, alegando, em preliminar, cerceamento de defesa por não ter sido produzida a prova pericial requerida na inicial. No mérito, reiterou fazer jus à indenização pretendida.

Ademais, concomitantemente com a apelação, Tício interpôs agravo de instrumento contra o indeferimento da tutela provisória, alegando preencher os requisitos para sua concessão.

A partir da situação narrada, elabore um texto dissertativo-argumentativo abordando:

- os requisitos estabelecidos pelo Código de Processo Civil que tornam imprescindível a realização de prova pericial tratada no enunciado da questão e
- o resultado do exame de admissibilidade do agravo de instrumento interposto.

Transcreva a resposta da questão de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	